

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017

CADERNO DE PROVA

“Miguel Reale”

Prova realizada em 03/10/2017



LEIA COM ATENÇÃO:

- 1- Somente abra este caderno após ler as instruções e quando autorizado pelos fiscais da sala.
- 2- Preencha os seus dados pessoais SOMENTE no campo indicado.
- 3- Na folha de resposta não poderá haver qualquer identificação.
- 4- Esta prova não poderá ser dobrada, amassada ou rasurada.
- 5- Para a correção das respostas preencha o campo abaixo utilizando caneta esferográfica de cor azul ou preta, sendo vedada a utilização de corretivo.

Nome completo: _____

Número inscrição: _____



(esta parte pode ser destacada pelo candidato para levá-la consigo)

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017
CADERNO DE PROVA

“Miguel Reale”

Prova realizada em 03/10/2017

Rascunho de Respostas:

- | | | | | | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1) | 2) | 3) | 4) | 5) | 6) | 7) | 8) | 9) | 10) |
| 11) | 12) | 13) | 14) | 15) | 16) | 17) | 18) | 19) | 20) |
| 21) | 22) | 23) | 24) | 25) | 26) | 27) | 28) | 29) | 30) |
| 31) | 32) | 33) | 34) | 35) | 36) | 37) | 38) | 39) | 40) |

Questões objetivas

(todas as questões pertencem aos concursos públicos realizados no país, algumas foram adaptadas, e foram retiradas do site questões de concurso: <<http://www.questoesdeconcursos.com.br>>)

QUESTÕES SOBRE DIREITO CIVIL

Questão 1 - Prova Analista de Projetos Organizacionais - Jurídica – Órgão: ALGÁS - Banca: IESES – 2017

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- c) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Questão 2- Prova Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

Sobre as pessoas naturais, responda de acordo com o Código Civil:

- I. Há comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar quem faleceu primeiro, presumindo simultaneamente mortos.
- II. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes relativamente a certos atos, ou a maneira de os exercer.
- III. A personalidade inicia no nascimento com vida, sendo resguardados os direitos do nascituro desde a concepção, e termina com a morte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas a assertiva I é verdadeira.

Questão 3 - Prova Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2017

É causa de suspensão do prazo prescricional:

- a) O casamento das partes da relação jurídica.
- b) O despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- c) O protesto cambial.
- d) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Questão 4 – Prova Técnico Judiciário - Órgão: TRT 11ª REGIÃO - Banca: FCC – 2017

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. O erro de cálculo autoriza a parte prejudicada a obter o desfazimento do negócio.
- II. Se ambas as partes tiverem procedido com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- III. Presumem-se fraudulentos dos direitos de outros credores às garantias reais de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

Questão 5 – Prova Técnico em Atividades Administrativas – Órgão: JUCESC – Banca FEPESE - 2017

Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Associações, Partidos Políticos e Sociedades.
- b) Associações, Territórios e Autarquias.
- c) Estado Estrangeiro, Territórios e Autarquias.
- d) Fundações, Autarquias e Empresas Públicas.

Questão 6 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Ingrid havia prometido entregar a Graziela um automóvel usado em determinada data. Ocorre que, por motivo não revelado, Ingrid não possuía o veículo na data que havia sido acertada e, assim, propôs entregar 3 motocicletas novas em substituição ao automóvel, com o que Graziela concordou. A hipótese retrata, de acordo com o Código Civil, o seguinte fenômeno jurídico:

- a) compensação.
- b) sub-rogação.
- c) dação em pagamento.
- d) remissão.

Questão 7 – Prova Procurador Jurídico - Órgão: Câmara Cambará-PR - Banca: FAFIPA – 2017

Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições gerais e da formação dos contratos, previstas no Código Civil.

- a) A herança pode ser objeto de contrato, ainda que de pessoa viva, devendo-se, nesse caso, haver anuência expressa do autor da herança.
- b) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade na oferta realizada.
- c) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sempre que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- d) Se o negócio for daqueles em que seja costume a aceitação expressa, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.

Questão 8 – Titular Serviços Notas e Registros - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

São impedidos de contrair casamento, de acordo com o Código Civil:

- I. Os parentes por afinidade em linha reta entre si, independente do limite de grau
- II. Os irmãos, bilaterais ou unilaterais entre si.
- III. As pessoas divorciadas que ainda não realizaram a partilha dos bens do casamento anterior.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

Questão 9 - Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2016

Assinale a alternativa correta:

- a) A guarda dos filhos será, sempre, compartilhada.
- b) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica entre a mãe e com o pai.
- c) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.
- d) A guarda compartilhada dos filhos poderá ser requerida pelos pais em consenso, mas não poderá ser decretada pelo juiz.

Questão 10 – Procurador Legislativo - Órgão: Câmara de Aracruz/ES - Banca: IDECAN – 2016
Nos termos do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta classifica-se como bem:

- a) móvel.
- b) imóvel.
- c) público.
- d) irrenunciável.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PENAL

Questão 11- Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SJCDH-BA – Banca: FCC - 2010

Se o agente, para a prática de estelionato, utiliza-se de documento falsificado de forma grosseira, inidôneo para iludir a vítima, caracteriza-se:

- a) crime impossível.
- b) crime provocado.
- c) crime putativo.
- d) tentativa de crime.

Questão 12– Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa – Segurança - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Banca: FCC - 2015

Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:

- a) erro de proibição.
- b) erro na execução.
- c) estado de necessidade.
- d) erro de tipo.

Questão 13 - Prova: Atendente de Necrotério Policial – Órgão: PC-SP – Banca: VUNESP– 2014

Aquele que antes de praticar o fato até hipotetiza que ele pode ocorrer, mas acredita, sinceramente, que o resultado não se verificará e, portanto, não admite previamente a possibilidade de o resultado advir, comete crime:

- a) premeditado.
- b) doloso.
- c) tentado.
- d) culposo.

Questão 14- Prova: Técnico de Laboratório - Órgão: PC-SP - Banca: VUNESP - 2014

Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu

veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- b) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
- c) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

Questão 15 - Prova: Técnico Judiciário - Órgão: TJ-MT - Banca: UFMT - 2016

NÃO é Pena Restritiva de Direito, em conformidade com o Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

- a) Prestação pecuniária.
- b) Prestação de serviço à comunidade.
- c) Interdição temporária de direitos.
- d) Detenção.

Questão 16 – Prova: CESPE - 2008 - OAB - Exame de Ordem - 1 - Primeira Fase

Acerca da reincidência, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar a reincidência na prática de crime, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória por prática de crime anterior.
- b) O agente que, na fase de recurso de sentença condenatória pela prática de crime, comete contravenção penal, deve ser considerado reincidente não-específico.
- c) Para efeito de reincidência específica, prevalece a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior, tiver decorrido tempo superior a 5 anos.
- d) Para efeitos de reincidência, são considerados os crimes eleitorais, os crimes militares próprios e os crimes políticos.

Questão 17 – Prova: Policial Legislativo Federal - Órgão: Senado Federal - Banca: FGV - 2012

Segundo o Código Penal, são causas interruptivas da prescrição:

- a) o recebimento da denúncia ou da queixa; a pronúncia; a circunstância de ter sido resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
- b) o início ou continuação do cumprimento da pena; o oferecimento da denúncia ou da queixa; a reincidência.
- c) o recebimento da denúncia ou da queixa; o cumprimento, pelo agente, de pena no exterior; o início ou continuação do cumprimento da pena.
- d) a pronúncia; o recebimento da denúncia ou da queixa; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

Questão 18 – Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE – 2017

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- a) furto.
- b) roubo.
- c) receptação
- d) furto qualificado.

Questão 19 – Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SEJUC-RN - Banca: IDECAN - 2017

O crime de peculato tem a seguinte descrição típica: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Quanto ao sujeito ativo ele pode ser classificado como um crime:

- a) Próprio.
- b) Impróprio.
- c) Plurissubjetivo.
- d) De mão própria.

Questão 20- Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

A conduta de “dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente” configura:

- a) denúncia caluniosa.
- b) condescendência criminosa.
- c) falso testemunho.
- d) comunicação falsa de crime.

QUESTÕES SOBRE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 21 - Prova: Assistente de Alunos - Órgão: IF-PA - Banca: FUNRIO – 2016.

Na educação de crianças e adolescentes é proibido, segundo o ECA:

I – castigos físicos que resultem em sofrimento físico ou lesão.

II – tratamento cruel ou degradante, que faça uso da humilhação, ameaças graves ou ridicularização.

III – participação na vida política, na forma da lei.

Marque a alternativa que corresponde à resposta correta.

- a) I e II estão corretas.
- b) Todas estão corretas.
- c) Todas estão erradas.
- d) II e III estão corretas.

Questão 22 - Prova: Técnico de Suporte e Comunicação - TI - Órgão: DEGASE - Banca: CEPERJ - 2012

Em termos de adoção, salvo se a criança estiver sob a guarda ou tutela de candidato à adoção, a idade máxima permitida pelo ECA é de:

- a) 18 anos na data de formulação do pedido.
- b) 16 anos quando do deferimento do pedido.
- c) 12 anos quando do pedido formulado.
- d) 21 anos na data da sentença judicial.

Questão 23 - Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Sobre adoção de criança e de adolescentes, leia as afirmativas.

I. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

II. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

III. Os divorciados e os judicialmente separados não poderão adotar conjuntamente, independente de qualquer condição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I e II.

Questão 24 – Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente:

- a) seja obrigado a prestar trabalho forçado, no período proporcional à gravidade do delito.
- b) restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- c) preste, durante um ano, serviços comunitários que consistem na realização de tarefas gratuitas de interesse geral.
- d) responda criminalmente por seus atos infracionais.

Questão 25 – Prova: Assistente de Aluno - Órgão: UFPA - Banca: CEPS-UFPA - 2015

O órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, é o(a)

- a) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- b) Conselho Tutelar.
- c) Conselho Municipal de Assistência Social.
- d) Ministério Público junto com as escolas.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PROCESSUAL

Questão 26 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema das partes e dos procuradores no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- d) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.

Questão 27 – Prova Titular Serviços de Notas e Registros – Remoção – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN – 2017

Com relação à função jurisdicional (jurisdição e ação), as assertivas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) A impossibilidade jurídica é uma das condições da ação.
- b) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.
- c) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- d) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo

ordenamento jurídico.

Questão 28 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRT/12ª Região (SC) - Banca: FGV – 2017

Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- a) do domicílio do autor.
- b) do lugar do fato ou ato.
- c) do lugar da sede da empresa.
- d) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa.

Questão 29 – Prova Juiz Substituto – Órgão: TJSP - Banca: VUNESP – 2017

A respeito da tutela provisória de urgência, podemos afirmar que:

- a) exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.
- b) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
- c) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.
- d) será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Questão 30 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/BA - Banca: CESPE – 2017

João ajuizou ação contra Maria e Joana, as quais, citadas, foram representadas por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos. Nessa situação hipotética, o prazo para Maria e Joana apresentarem suas contestações no processo será de:

- a) 5 dias.
- b) 15 dias
- c) 10 dias
- d) 30 dias

Questão 31- Titular Serviços de Notas e Registros – Provimento – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN- 2017

Em se tratando de coisa julgada, avalie as seguintes afirmações:

I. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito operou-se a preclusão.

II. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

III. A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

IV. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) I, II e IV

Questão 32 - Prova: Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

Determina o art. 261 do Código de Processo Penal que:

- a) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.

- b) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) nenhum acusado, com exceção do revel, será processado ou julgado sem defensor.

Questão 33 - Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE - 2017

No Processo Penal, como regra, são inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- a) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- b) embora colhidas lícitamente derivam das ilícitas.
- c) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas constitucionais por serem estas programáticas.
- d) violam a moral e os bons costumes.

Questão 34 - Prova: Conhecimentos Gerais (Perito Criminal e Médico) - Órgão: POLÍCIA CIENTÍFICA – PE - Banca: CESPE - 2016

Compete ao tribunal do júri processar e julgar o crime de

- a) homicídio culposo.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
- d) latrocínio.

Questão 35 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS - Banca: FCC - 2016

À luz do Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- c) A autoridade policial logo após tomar conhecimento da prática de um crime deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- d) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.

Questão 36 - Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJSP – Banca: VUNESP - 2017

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

- a) Nas causas de valor de até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas causas entre 20 e 40 salários-mínimos, a assistência de advogado é obrigatória.
- b) O menor de dezoito anos poderá ser autor, desde que assistido ou representado.
- c) Nos procedimentos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, e desde que mantenha vínculo empregatício com aquele.
- d) A citação, no âmbito dos Juizados Especiais, poderá ocorrer por carta, oficial de justiça ou edital.

Questão 37 - Advogado – Órgão: SAMAE de Jaguariaíva/PR – Banca: OBJETIVA - 2016

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposto na Lei nº 9.099/95, analisar os itens

abaixo:

I - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

II - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de 30 dias.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Estão CORRETOS:

- a) somente os itens II e III.
- b) somente os itens I e III.
- c) somente os itens I e II.
- d) todos os itens.

Questão 38 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TJPI – Banca: FGV - 2015

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- a) desconcentração dos atos processuais.
- b) oralidade.
- c) formalidade.
- d) não imediação na produção probatória.

Questão 39 – Prova Juiz Leigo – Órgão: TJMG – Banca: CONSULPLAN - 2015

NÃO estão excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas:

- a) De natureza alimentar.
- b) Relativas a acidentes de trabalho.
- c) Que versem sobre despejo para uso próprio.
- d) Relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda de que cunho patrimonial.

Questão 40 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS – FCC - 2016

Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:

I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.

II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.

III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.

A Lei nº 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) III.
- c) I e IV.
- d) I, II III e IV.

Prova discursiva

Instruções

- Dentre os dois temas propostos, o candidato deverá escolher apenas um deles para responder, indicando sua opção na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, em campo designado para esta finalidade.
- Redija um texto argumentativo, englobando os pontos propostos, não sendo suficiente a resposta autônoma a cada indagação.
- Escreva SOMENTE no espaço destinado à resposta na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, respeitando os traços e o limite máximo das linhas. Qualquer escrita fora do espaço reservado à redação será considerada inexistente.
- Em conformidade com o item 6.1.3 do edital que rege o presente certame *“na prova discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 15 (quinze) linhas”*.
- É vedada qualquer forma de identificação do candidato na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA.

- TEMA 01 -

Segundo a lição de Pedro Lenza:

“O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, [da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988] abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 970).

Disserte, portanto, sobre o direito fundamental à vida esclarecendo, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) No mínimo duas características dos direitos fundamentais;
- 2) Qual o alcance do conceito da dignidade da pessoa humana;
- 3) Possibilidade de pena de morte no Brasil, dizendo, inclusive, se existe alguma hipótese prevista na CRFB/88 e sobre a possibilidade de criação de outra(s) pelo poder constituinte originário;
- 4) Qual a solução a ser adotada em caso de possível colisão entre direito fundamental (por exemplo, no caso do direito à vida do feto fruto de um estupro e do direito da mãe de interromper a gestação previsto no art. 128, inciso II do CPB).

- TEMA 02 –

Disserte a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal abordando, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) O que se busca com a ADI;
- 2) Qual o seu objeto de discussão;
- 3) É possível para questionar leis municipais? E as leis do Distrito Federal?
- 4) É possível para questionar súmulas?
- 5) Quais os seus efeitos.

BOA PROVA!!!

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017

CADERNO DE PROVA

“J.J. Gomes Canotilho”

Prova realizada em 03/10/2017



LEIA COM ATENÇÃO:

- 1- Somente abra este caderno após ler as instruções e quando autorizado pelos fiscais da sala.
- 2- Preencha os seus dados pessoais SOMENTE no campo indicado.
- 3- Na folha de resposta não poderá haver qualquer identificação.
- 4- Esta prova não poderá ser dobrada, amassada ou rasurada.
- 5- Para a correção das respostas preencha o campo abaixo utilizando caneta esferográfica de cor azul ou preta, sendo vedada a utilização de corretivo.

Nome completo: _____

Número inscrição: _____



(esta parte pode ser destacada pelo candidato para levá-la consigo)

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017
CADERNO DE PROVA

“J.J. Gomes Canotilho”

Prova realizada em 03/10/2017

Rascunho de Respostas:

- | | | | | | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1) | 2) | 3) | 4) | 5) | 6) | 7) | 8) | 9) | 10) |
| 11) | 12) | 13) | 14) | 15) | 16) | 17) | 18) | 19) | 20) |
| 21) | 22) | 23) | 24) | 25) | 26) | 27) | 28) | 29) | 30) |
| 31) | 32) | 33) | 34) | 35) | 36) | 37) | 38) | 39) | 40) |

Questões objetivas

(todas as questões pertencem aos concursos públicos realizados no país, algumas foram adaptadas, e foram retiradas do site questões de concurso: <<http://www.questoesdeconcursos.com.br>>)

QUESTÕES SOBRE DIREITO CIVIL

Questão 1 - Prova Analista de Projetos Organizacionais - Jurídica – Órgão: ALGÁS - Banca: IESES – 2017

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- c) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Questão 2- Prova Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

Sobre as pessoas naturais, responda de acordo com o Código Civil:

- I. Há comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar quem faleceu primeiro, presumindo simultaneamente mortos.
- II. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes relativamente a certos atos, ou a maneira de os exercer.
- III. A personalidade inicia no nascimento com vida, sendo resguardados os direitos do nascituro desde a concepção, e termina com a morte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

Questão 3 - Prova Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2017

É causa de suspensão do prazo prescricional:

- a) O despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) O casamento das partes da relação jurídica.
- c) O protesto cambial.
- d) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Questão 4 – Prova Técnico Judiciário - Órgão: TRT 11ª REGIÃO - Banca: FCC – 2017

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. O erro de cálculo autoriza a parte prejudicada a obter o desfazimento do negócio.
- II. Se ambas as partes tiverem procedido com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- III. Presumem-se fraudulentos dos direitos de outros credores às garantias reais de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e III.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.

Questão 5 – Prova Técnico em Atividades Administrativas – Órgão: JUCESC – Banca FEPESE - 2017

Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Estado Estrangeiro, Territórios e Autarquias.
- b) Associações, Territórios e Autarquias.
- c) Associações, Partidos Políticos e Sociedades.
- d) Fundações, Autarquias e Empresas Públicas.

Questão 6 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Ingrid havia prometido entregar a Graziela um automóvel usado em determinada data. Ocorre que, por motivo não revelado, Ingrid não possuía o veículo na data que havia sido acertada e, assim, propôs entregar 3 motocicletas novas em substituição ao automóvel, com o que Graziela concordou. A hipótese retrata, de acordo com o Código Civil, o seguinte fenômeno jurídico:

- a) compensação.
- b) dação em pagamento.
- c) sub-rogação.
- d) remissão.

Questão 7 – Prova Procurador Jurídico - Órgão: Câmara Cambará-PR - Banca: FAFIPA – 2017

Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições gerais e da formação dos contratos, previstas no Código Civil.

- a) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sempre que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- b) Se o negócio for daqueles em que seja costume a aceitação expressa, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.
- c) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade na oferta realizada.
- d) A herança pode ser objeto de contrato, ainda que de pessoa viva, devendo-se, nesse caso, haver anuência expressa do autor da herança.

Questão 8 – Titular Serviços Notas e Registros - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

São impedidos de contrair casamento, de acordo com o Código Civil:

- I. Os parentes por afinidade em linha reta entre si, independente do limite de grau
- II. Os irmãos, bilaterais ou unilaterais entre si.
- III. As pessoas divorciadas que ainda não realizaram a partilha dos bens do casamento anterior.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

Questão 9 - Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2016

Assinale a alternativa correta:

- a) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.
- b) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica entre a mãe e com o pai.
- c) A guarda compartilhada dos filhos poderá ser requerida pelos pais em consenso, mas não poderá ser decretada pelo juiz.
- d) A guarda dos filhos será, sempre, compartilhada.

Questão 10 – Procurador Legislativo - Órgão: Câmara de Aracruz/ES - Banca: IDECAN – 2016
Nos termos do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta classifica-se como bem:

- a) irrenunciável.
- b) público.
- c) móvel.
- d) imóvel.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PENAL

Questão 11- Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SJCDH-BA – Banca: FCC - 2010

Se o agente, para a prática de estelionato, utiliza-se de documento falsificado de forma grosseira, inidôneo para iludir a vítima, caracteriza-se:

- a) crime provocado.
- b) tentativa de crime.
- c) crime putativo.
- d) crime impossível.

Questão 12– Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa – Segurança - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Banca: FCC - 2015

Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:

- a) erro de proibição.
- b) erro na execução.
- c) erro de tipo.
- d) estado de necessidade.

Questão 13 - Prova: Atendente de Necrotério Policial – Órgão: PC-SP – Banca: VUNESP– 2014

Aquele que antes de praticar o fato até hipotetiza que ele pode ocorrer, mas acredita, sinceramente, que o resultado não se verificará e, portanto, não admite previamente a possibilidade de o resultado advir, comete crime:

- a) doloso.
- b) tentado.
- c) premeditado.
- d) culposo.

Questão 14- Prova: Técnico de Laboratório - Órgão: PC-SP - Banca: VUNESP - 2014

Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu

veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
- b) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- c) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

Questão 15 - Prova: Técnico Judiciário - Órgão: TJ-MT - Banca: UFMT - 2016

NÃO é Pena Restritiva de Direito, em conformidade com o Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

- a) Prestação pecuniária.
- b) Prestação de serviço à comunidade.
- c) Detenção.
- d) Interdição temporária de direitos.

Questão 16 – Prova: CESPE - 2008 - OAB - Exame de Ordem - 1 - Primeira Fase

Acerca da reincidência, assinale a opção correta:

- a) O agente que, na fase de recurso de sentença condenatória pela prática de crime, comete contravenção penal, deve ser considerado reincidente não-específico.
- b) Para efeito de reincidência específica, prevalece a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior, tiver decorrido tempo superior a 5 anos.
- c) Para efeitos de reincidência, são considerados os crimes eleitorais, os crimes militares próprios e os crimes políticos.
- d) Para se caracterizar a reincidência na prática de crime, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória por prática de crime anterior.

Questão 17 – Prova: Policial Legislativo Federal - Órgão: Senado Federal - Banca: FGV - 2012

Segundo o Código Penal, são causas interruptivas da prescrição:

- a) a pronúncia; o recebimento da denúncia ou da queixa; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- b) o início ou continuação do cumprimento da pena; o oferecimento da denúncia ou da queixa; a reincidência.
- c) o recebimento da denúncia ou da queixa; o cumprimento, pelo agente, de pena no exterior; o início ou continuação do cumprimento da pena.
- d) o recebimento da denúncia ou da queixa; a pronúncia; a circunstância de ter sido resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

Questão 18 – Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE – 2017

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- a) furto qualificado.
- b) furto.
- c) roubo.
- d) receptação

Questão 19 – Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SEJUC-RN - Banca: IDECAN - 2017

O crime de peculato tem a seguinte descrição típica: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Quanto ao sujeito ativo ele pode ser classificado como um crime:

- a) De mão própria.
- b) Impróprio.
- c) Próprio.
- d) Plurissubjetivo.

Questão 20- Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

A conduta de “dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente” configura:

- a) condescendência criminosa.
- b) falso testemunho.
- c) denúncia caluniosa.
- d) comunicação falsa de crime.

QUESTÕES SOBRE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 21 - Prova: Assistente de Alunos - Órgão: IF-PA - Banca: FUNRIO – 2016.

Na educação de crianças e adolescentes é proibido, segundo o ECA:

I – castigos físicos que resultem em sofrimento físico ou lesão.

II – tratamento cruel ou degradante, que faça uso da humilhação, ameaças graves ou ridicularização.

III – participação na vida política, na forma da lei.

Marque a alternativa que corresponde à resposta correta.

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Todas estão erradas.

Questão 22 - Prova: Técnico de Suporte e Comunicação - TI - Órgão: DEGASE - Banca: CEPERJ - 2012

Em termos de adoção, salvo se a criança estiver sob a guarda ou tutela de candidato à adoção, a idade máxima permitida pelo ECA é de:

- a) 21 anos na data da sentença judicial.
- b) 18 anos na data de formulação do pedido.
- c) 16 anos quando do deferimento do pedido.
- d) 12 anos quando do pedido formulado.

Questão 23 - Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Sobre adoção de criança e de adolescentes, leia as afirmativas.

I. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

II. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

III. Os divorciados e os judicialmente separados não poderão adotar conjuntamente, independente de qualquer condição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.

Questão 24 – Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente:

- a) preste, durante um ano, serviços comunitários que consistem na realização de tarefas gratuitas de interesse geral.
- b) restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- c) seja obrigado a prestar trabalho forçado, no período proporcional à gravidade do delito.
- d) responda criminalmente por seus atos infracionais.

Questão 25 – Prova: Assistente de Aluno - Órgão: UFPA - Banca: CEPS-UFPA - 2015

O órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, é o(a)

- a) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- b) Conselho Municipal de Assistência Social.
- c) Ministério Público junto com as escolas.
- d) Conselho Tutelar.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PROCESSUAL

Questão 26 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema das partes e dos procuradores no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.
- c) É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Questão 27 – Prova Titular Serviços de Notas e Registros – Remoção – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN – 2017

Com relação à função jurisdicional (jurisdição e ação), as assertivas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.
- b) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) A impossibilidade jurídica é uma das condições da ação.

d) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

Questão 28 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRT/12ª Região (SC) - Banca: FGV – 2017

Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- a) do lugar do fato ou ato.
- b) do domicílio do autor.
- c) do lugar da sede da empresa.
- d) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa.

Questão 29 – Prova Juiz Substituto – Órgão: TJSP - Banca: VUNESP – 2017

A respeito da tutela provisória de urgência, podemos afirmar que:

- a) exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.
- b) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
- c) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.
- d) será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Questão 30 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/BA - Banca: CESPE – 2017

João ajuizou ação contra Maria e Joana, as quais, citadas, foram representadas por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos. Nessa situação hipotética, o prazo para Maria e Joana apresentarem suas contestações no processo será de:

- a) 5 dias.
- b) 30 dias
- c) 15 dias
- d) 10 dias

Questão 31- Titular Serviços de Notas e Registros – Provimento – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN- 2017

Em se tratando de coisa julgada, avalie as seguintes afirmações:

- I. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito operou-se a preclusão.
 - II. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
 - III. A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
 - IV. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II e IV
- b) I, II e III
- c) I e II
- d) III e IV

Questão 32 - Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

Determina o art. 261 do Código de Processo Penal que:

- a) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- b) nenhum acusado, com exceção do revel, será processado ou julgado sem defensor.
- c) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Questão 33 - Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE - 2017

No Processo Penal, como regra, são inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- a) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- b) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas constitucionais por serem estas programáticas.
- c) embora colhidas lícitamente derivam das ilícitas.
- d) violam a moral e os bons costumes.

Questão 34 - Prova: Conhecimentos Gerais (Perito Criminal e Médico) - Órgão: POLÍCIA CIENTÍFICA – PE - Banca: CESPE - 2016

Compete ao tribunal do júri processar e julgar o crime de

- a) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
- b) homicídio culposo.
- c) lesão corporal seguida de morte.
- d) latrocínio.

Questão 35 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS - Banca: FCC - 2016

À luz do Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- c) A autoridade policial logo após tomar conhecimento da prática de um crime deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- d) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.

Questão 36 - Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJSP – Banca: VUNESP - 2017

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

- a) Nos procedimentos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, e desde que mantenha vínculo empregatício com aquele.
- b) O menor de dezoito anos poderá ser autor, desde que assistido ou representado.
- c) A citação, no âmbito dos Juizados Especiais, poderá ocorrer por carta, oficial de justiça ou edital.
- d) Nas causas de valor de até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas causas entre 20 e 40 salários-mínimos, a assistência de advogado é obrigatória.

Questão 37 - Advogado – Órgão: SAMAE de Jaguariaíva/PR – Banca: OBJETIVA - 2016

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposto na Lei nº 9.099/95, analisar os itens abaixo:

I - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

II - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de 30 dias.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Estão CORRETOS:

- a) todos os itens.
- b) somente os itens II e III.
- c) somente os itens I e III.
- d) somente os itens I e II.

Questão 38 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TJPI – Banca: FGV - 2015

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- a) não imediação na produção probatória.
- b) desconcentração dos atos processuais.
- c) oralidade.
- d) formalidade.

Questão 39 – Prova Juiz Leigo – Órgão: TJMG – Banca: CONSULPLAN - 2015

NÃO estão excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas:

- a) De natureza alimentar.
- b) Que versem sobre despejo para uso próprio.
- c) Relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda de que cunho patrimonial.
- d) Relativas a acidentes de trabalho.

Questão 40 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS – FCC - 2016

Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:

I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.

II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.

III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.

A Lei no 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em

- a) I, II III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) III.

Prova discursiva

Instruções

- Dentre os dois temas propostos, o candidato deverá escolher apenas um deles para responder, indicando sua opção na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, em campo designado para esta finalidade.
- Redija um texto argumentativo, englobando os pontos propostos, não sendo suficiente a resposta autônoma a cada indagação.
- Escreva SOMENTE no espaço destinado à resposta na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, respeitando os traços e o limite máximo das linhas. Qualquer escrita fora do espaço reservado à redação será considerada inexistente.
- Em conformidade com o item 6.1.3 do edital que rege o presente certame “na prova discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 15 (quinze) linhas”.
- É vedada qualquer forma de identificação do candidato na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA.

- TEMA 01 -

Segundo a lição de Pedro Lenza:

“O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, [da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988] abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 970).

Disserte, portanto, sobre o direito fundamental à vida esclarecendo, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) No mínimo duas características dos direitos fundamentais;
- 2) Qual o alcance do conceito da dignidade da pessoa humana;
- 3) Possibilidade de pena de morte no Brasil, dizendo, inclusive, se existe alguma hipótese prevista na CRFB/88 e sobre a possibilidade de criação de outra(s) pelo poder constituinte originário;
- 4) Qual a solução a ser adotada em caso de possível colisão entre direito fundamental (por exemplo, no caso do direito à vida do feto fruto de um estupro e do direito da mãe de interromper a gestação previsto no art. 128, inciso II do CPB).

- TEMA 02 –

Disserte a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal abordando, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) O que se busca com a ADI;
- 2) Qual o seu objeto de discussão;
- 3) É possível para questionar leis municipais? E as leis do Distrito Federal?
- 4) É possível para questionar súmulas?
- 5) Quais os seus efeitos.

BOA PROVA!!!

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017

CADERNO DE PROVA

“Cesare Beccaria”

Prova realizada em 03/10/2017



LEIA COM ATENÇÃO:

- 1- Somente abra este caderno após ler as instruções e quando autorizado pelos fiscais da sala.
- 2- Preencha os seus dados pessoais SOMENTE no campo indicado.
- 3- Na folha de resposta não poderá haver qualquer identificação.
- 4- Esta prova não poderá ser dobrada, amassada ou rasurada.
- 5- Para a correção das respostas preencha o campo abaixo utilizando caneta esferográfica de cor azul ou preta, sendo vedada a utilização de corretivo.

Nome completo: _____

Número inscrição: _____



(esta parte pode ser destacada pelo candidato para levá-la consigo)

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017
CADERNO DE PROVA

“Cesare Beccaria”

Prova realizada em 03/10/2017

Rascunho de Respostas:

- | | | | | | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1) | 2) | 3) | 4) | 5) | 6) | 7) | 8) | 9) | 10) |
| 11) | 12) | 13) | 14) | 15) | 16) | 17) | 18) | 19) | 20) |
| 21) | 22) | 23) | 24) | 25) | 26) | 27) | 28) | 29) | 30) |
| 31) | 32) | 33) | 34) | 35) | 36) | 37) | 38) | 39) | 40) |

Questões objetivas

(todas as questões pertencem aos concursos públicos realizados no país, algumas foram adaptadas, e foram retiradas do site questões de concurso: <<http://www.questoesdeconcursos.com.br>>)

QUESTÕES SOBRE DIREITO CIVIL

Questão 1 - Prova Analista de Projetos Organizacionais - Jurídica – Órgão: ALGÁS - Banca: IESES – 2017

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Questão 2- Prova Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

Sobre as pessoas naturais, responda de acordo com o Código Civil:

- I. Há comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar quem faleceu primeiro, presumindo simultaneamente mortos.
- II. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes relativamente a certos atos, ou a maneira de os exercer.
- III. A personalidade inicia no nascimento com vida, sendo resguardados os direitos do nascituro desde a concepção, e termina com a morte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) Apenas a assertiva II é verdadeira.

Questão 3 - Prova Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2017

É causa de suspensão do prazo prescricional:

- a) O despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) O protesto cambial.
- c) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- d) O casamento das partes da relação jurídica.

Questão 4 – Prova Técnico Judiciário - Órgão: TRT 11ª REGIÃO - Banca: FCC – 2017

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. O erro de cálculo autoriza a parte prejudicada a obter o desfazimento do negócio.
- II. Se ambas as partes tiverem procedido com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- III. Presumem-se fraudulentários dos direitos de outros credores às garantias reais de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

Questão 5 – Prova Técnico em Atividades Administrativas – Órgão: JUCESC – Banca FEPESE - 2017

Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Associações, Territórios e Autarquias.
- b) Associações, Partidos Políticos e Sociedades.
- c) Estado Estrangeiro, Territórios e Autarquias.
- d) Fundações, Autarquias e Empresas Públicas.

Questão 6 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Ingrid havia prometido entregar a Graziela um automóvel usado em determinada data. Ocorre que, por motivo não revelado, Ingrid não possuía o veículo na data que havia sido acertada e, assim, propôs entregar 3 motocicletas novas em substituição ao automóvel, com o que Graziela concordou. A hipótese retrata, de acordo com o Código Civil, o seguinte fenômeno jurídico:

- a) compensação.
- b) sub-rogação.
- c) remissão.
- d) dação em pagamento.

Questão 7 – Prova Procurador Jurídico - Órgão: Câmara Cambará-PR - Banca: FAFIPA – 2017

Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições gerais e da formação dos contratos, previstas no Código Civil.

- a) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade na oferta realizada.
- b) A herança pode ser objeto de contrato, ainda que de pessoa viva, devendo-se, nesse caso, haver anuência expressa do autor da herança.
- c) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sempre que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- d) Se o negócio for daqueles em que seja costume a aceitação expressa, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.

Questão 8 – Titular Serviços Notas e Registros - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

São impedidos de contrair casamento, de acordo com o Código Civil:

- I. Os parentes por afinidade em linha reta entre si, independente do limite de grau
- II. Os irmãos, bilaterais ou unilaterais entre si.
- III. As pessoas divorciadas que ainda não realizaram a partilha dos bens do casamento anterior.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

Questão 9 - Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2016

Assinale a alternativa correta:

- a) A guarda dos filhos será, sempre, compartilhada.
- b) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.
- c) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica entre a mãe e com o pai.
- d) A guarda compartilhada dos filhos poderá ser requerida pelos pais em consenso, mas não poderá ser decretada pelo juiz.

Questão 10 – Procurador Legislativo - Órgão: Câmara de Aracruz/ES - Banca: IDECAN – 2016
Nos termos do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta classifica-se como bem:

- a) público.
- b) móvel.
- c) imóvel.
- d) irrenunciável.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PENAL

Questão 11- Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SJCDH-BA – Banca: FCC - 2010

Se o agente, para a prática de estelionato, utiliza-se de documento falsificado de forma grosseira, inidôneo para iludir a vítima, caracteriza-se:

- a) crime putativo.
- b) crime impossível.
- c) crime provocado.
- d) tentativa de crime.

Questão 12– Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa – Segurança - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Banca: FCC - 2015

Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:

- a) erro de tipo.
- b) erro de proibição.
- c) erro na execução.
- d) estado de necessidade.

Questão 13 - Prova: Atendente de Necrotério Policial – Órgão: PC-SP – Banca: VUNESP– 2014

Aquele que antes de praticar o fato até hipotetiza que ele pode ocorrer, mas acredita, sinceramente, que o resultado não se verificará e, portanto, não admite previamente a possibilidade de o resultado advir, comete crime:

- a) premeditado.
- b) culposo.
- c) doloso.
- d) tentado.

Questão 14- Prova: Técnico de Laboratório - Órgão: PC-SP - Banca: VUNESP - 2014

Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu

veículo e o coloca na direção de seu desfeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desfeto.
- b) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- c) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

Questão 15 - Prova: Técnico Judiciário - Órgão: TJ-MT - Banca: UFMT - 2016

NÃO é Pena Restritiva de Direito, em conformidade com o Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

- a) Detenção.
- b) Prestação pecuniária.
- c) Prestação de serviço à comunidade.
- d) Interdição temporária de direitos.

Questão 16 – Prova: CESPE - 2008 - OAB - Exame de Ordem - 1 - Primeira Fase

Acerca da reincidência, assinale a opção correta:

- a) O agente que, na fase de recurso de sentença condenatória pela prática de crime, comete contravenção penal, deve ser considerado reincidente não-específico.
- b) Para se caracterizar a reincidência na prática de crime, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória por prática de crime anterior.
- c) Para efeito de reincidência específica, prevalece a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior, tiver decorrido tempo superior a 5 anos.
- d) Para efeitos de reincidência, são considerados os crimes eleitorais, os crimes militares próprios e os crimes políticos.

Questão 17 – Prova: Policial Legislativo Federal - Órgão: Senado Federal - Banca: FGV - 2012

Segundo o Código Penal, são causas interruptivas da prescrição:

- a) o recebimento da denúncia ou da queixa; a pronúncia; a circunstância de ter sido resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
- b) o início ou continuação do cumprimento da pena; o oferecimento da denúncia ou da queixa; a reincidência.
- c) a pronúncia; o recebimento da denúncia ou da queixa; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- d) o recebimento da denúncia ou da queixa; o cumprimento, pelo agente, de pena no exterior; o início ou continuação do cumprimento da pena.

Questão 18 – Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE – 2017

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- a) furto.
- b) furto qualificado.
- c) roubo.
- d) receptação

Questão 19 – Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SEJUC-RN - Banca: IDECAN - 2017

O crime de peculato tem a seguinte descrição típica: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Quanto ao sujeito ativo ele pode ser classificado como um crime:

- a) Impróprio.
- b) Próprio.
- c) Plurissubjetivo.
- d) De mão própria.

Questão 20- Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

A conduta de “dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente” configura:

- a) condescendência criminosa.
- b) falso testemunho.
- c) comunicação falsa de crime.
- d) denúncia caluniosa.

QUESTÕES SOBRE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 21 - Prova: Assistente de Alunos - Órgão: IF-PA - Banca: FUNRIO – 2016.

Na educação de crianças e adolescentes é proibido, segundo o ECA:

I – castigos físicos que resultem em sofrimento físico ou lesão.

II – tratamento cruel ou degradante, que faça uso da humilhação, ameaças graves ou ridicularização.

III – participação na vida política, na forma da lei.

Marque a alternativa que corresponde à resposta correta.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) I e II estão corretas.
- d) II e III estão corretas.

Questão 22 - Prova: Técnico de Suporte e Comunicação - TI - Órgão: DEGASE - Banca: CEPERJ - 2012

Em termos de adoção, salvo se a criança estiver sob a guarda ou tutela de candidato à adoção, a idade máxima permitida pelo ECA é de:

- a) 16 anos quando do deferimento do pedido.
- b) 12 anos quando do pedido formulado.
- c) 18 anos na data de formulação do pedido.
- d) 21 anos na data da sentença judicial.

Questão 23 - Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Sobre adoção de criança e de adolescentes, leia as afirmativas.

I. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

II. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

III. Os divorciados e os judicialmente separados não poderão adotar conjuntamente, independente de qualquer condição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.

Questão 24 – Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente:

- a) preste, durante um ano, serviços comunitários que consistem na realização de tarefas gratuitas de interesse geral.
- b) responda criminalmente por seus atos infracionais.
- c) seja obrigado a prestar trabalho forçado, no período proporcional à gravidade do delito.
- d) restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Questão 25 – Prova: Assistente de Aluno - Órgão: UFPA - Banca: CEPS-UFPA - 2015

O órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, é o(a)

- a) Conselho Tutelar.
- b) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- c) Conselho Municipal de Assistência Social.
- d) Ministério Público junto com as escolas.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PROCESSUAL

Questão 26 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema das partes e dos procuradores no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- c) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Questão 27 – Prova Titular Serviços de Notas e Registros – Remoção – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN – 2017

Com relação à função jurisdicional (jurisdição e ação), as assertivas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.
- b) A impossibilidade jurídica é uma das condições da ação.
- c) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- d) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo

ordenamento jurídico.

Questão 28 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRT/12ª Região (SC) - Banca: FGV – 2017

Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- a) do domicílio do autor.
- b) do lugar da sede da empresa.
- c) do lugar do fato ou ato.
- d) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa.

Questão 29 – Prova Juiz Substituto – Órgão: TJSP - Banca: VUNESP – 2017

A respeito da tutela provisória de urgência, podemos afirmar que:

- a) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.
- b) exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.
- c) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
- d) será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Questão 30 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/BA - Banca: CESPE – 2017

João ajuizou ação contra Maria e Joana, as quais, citadas, foram representadas por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos. Nessa situação hipotética, o prazo para Maria e Joana apresentarem suas contestações no processo será de:

- a) 5 dias.
- b) 15 dias
- c) 30 dias
- d) 10 dias

Questão 31- Titular Serviços de Notas e Registros – Provimento – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN- 2017

Em se tratando de coisa julgada, avalie as seguintes afirmações:

I. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito operou-se a preclusão.

II. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

III. A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

IV. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e IV
- d) I, II e III

Questão 32 - Prova: Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

Determina o art. 261 do Código de Processo Penal que:

- a) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.

- b) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) nenhum acusado, com exceção do revel, será processado ou julgado sem defensor.
- d) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Questão 33 - Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE - 2017

No Processo Penal, como regra, são inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- a) embora colhidas lícitamente derivam das ilícitas.
- b) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- c) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas constitucionais por serem estas programáticas.
- d) violam a moral e os bons costumes.

Questão 34 - Prova: Conhecimentos Gerais (Perito Criminal e Médico) - Órgão: POLÍCIA CIENTÍFICA – PE - Banca: CESPE - 2016

Compete ao tribunal do júri processar e julgar o crime de

- a) homicídio culposo.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) latrocínio.
- d) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.

Questão 35 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS - Banca: FCC - 2016

À luz do Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- a) A autoridade policial logo após tomar conhecimento da prática de um crime deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- b) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.
- c) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Questão 36 - Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJSP – Banca: VUNESP - 2017

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

- a) Nos procedimentos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, e desde que mantenha vínculo empregatício com aquele.
- b) Nas causas de valor de até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas causas entre 20 e 40 salários-mínimos, a assistência de advogado é obrigatória.
- c) O menor de dezoito anos poderá ser autor, desde que assistido ou representado.
- d) A citação, no âmbito dos Juizados Especiais, poderá ocorrer por carta, oficial de justiça ou edital.

Questão 37 - Advogado – Órgão: SAMAE de Jaguariaíva/PR – Banca: OBJETIVA - 2016

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposto na Lei nº 9.099/95, analisar os itens abaixo:

I - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

II - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de 30 dias.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Estão CORRETOS:

- a) somente os itens I e II.
- b) somente os itens II e III.
- c) somente os itens I e III.
- d) todos os itens.

Questão 38 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TJPI – Banca: FGV - 2015

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- a) oralidade.
- b) desconcentração dos atos processuais.
- c) formalidade.
- d) não imediação na produção probatória.

Questão 39 – Prova Juiz Leigo – Órgão: TJMG – Banca: CONSULPLAN - 2015

NÃO estão excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas:

- a) Que versem sobre despejo para uso próprio.
- b) Relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda de que cunho patrimonial.
- c) De natureza alimentar.
- d) Relativas a acidentes de trabalho.

Questão 40 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS – FCC - 2016

Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:

I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.

II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.

III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.

A Lei no 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em

- a) III.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II III e IV.

Prova discursiva

Instruções

- Dentre os dois temas propostos, o candidato deverá escolher apenas um deles para responder, indicando sua opção na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, em campo designado para esta finalidade.
- Redija um texto argumentativo, englobando os pontos propostos, não sendo suficiente a resposta autônoma a cada indagação.
- Escreva SOMENTE no espaço destinado à resposta na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, respeitando os traços e o limite máximo das linhas. Qualquer escrita fora do espaço reservado à redação será considerada inexistente.
- Em conformidade com o item 6.1.3 do edital que rege o presente certame *“na prova discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 15 (quinze) linhas”*.
- É vedada qualquer forma de identificação do candidato na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA.

- TEMA 01 -

Segundo a lição de Pedro Lenza:

“O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, [da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988] abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 970).

Disserte, portanto, sobre o direito fundamental à vida esclarecendo, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) No mínimo duas características dos direitos fundamentais;
- 2) Qual o alcance do conceito da dignidade da pessoa humana;
- 3) Possibilidade de pena de morte no Brasil, dizendo, inclusive, se existe alguma hipótese prevista na CRFB/88 e sobre a possibilidade de criação de outra(s) pelo poder constituinte originário;
- 4) Qual a solução a ser adotada em caso de possível colisão entre direito fundamental (por exemplo, no caso do direito à vida do feto fruto de um estupro e do direito da mãe de interromper a gestação previsto no art. 128, inciso II do CPB).

- TEMA 02 –

Disserte a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal abordando, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) O que se busca com a ADI;
- 2) Qual o seu objeto de discussão;
- 3) É possível para questionar leis municipais? E as leis do Distrito Federal?
- 4) É possível para questionar súmulas?
- 5) Quais os seus efeitos.

BOA PROVA!!!

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017

CADERNO DE PROVA

“Ada Pellegrini Grinover”

Prova realizada em 03/10/2017



LEIA COM ATENÇÃO:

- 1- Somente abra este caderno após ler as instruções e quando autorizado pelos fiscais da sala.
- 2- Preencha os seus dados pessoais SOMENTE no campo indicado.
- 3- Na folha de resposta não poderá haver qualquer identificação.
- 4- Esta prova não poderá ser dobrada, amassada ou rasurada.
- 5- Para a correção das respostas preencha o campo abaixo utilizando caneta esferográfica de cor azul ou preta, sendo vedada a utilização de corretivo.

Nome completo: _____

Número inscrição: _____



(esta parte pode ser destacada pelo candidato para levá-la consigo)

3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COMARCA DE ALFENAS/MG – edital 002/2017
CADERNO DE PROVA

“Ada Pellegrini Grinover”

Prova realizada em 03/10/2017

Rascunho de Respostas:

1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)
11)	12)	13)	14)	15)	16)	17)	18)	19)	20)
21)	22)	23)	24)	25)	26)	27)	28)	29)	30)
31)	32)	33)	34)	35)	36)	37)	38)	39)	40)

--

Questões objetivas

(todas as questões pertencem aos concursos públicos realizados no país, algumas foram adaptadas, e foram retiradas do site questões de concurso: <<http://www.questoesdeconcursos.com.br>>)

QUESTÕES SOBRE DIREITO CIVIL

Questão 1 - Prova Analista de Projetos Organizacionais - Jurídica – Órgão: ALGÁS - Banca: IESES – 2017

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- c) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.

Questão 2- Prova Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento - Órgão: TJ-RO - Banca: IESES – 2017

Sobre as pessoas naturais, responda de acordo com o Código Civil:

- I. Há comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar quem faleceu primeiro, presumindo simultaneamente mortos.
- II. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes relativamente a certos atos, ou a maneira de os exercer.
- III. A personalidade inicia no nascimento com vida, sendo resguardados os direitos do nascituro desde a concepção, e termina com a morte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 3 - Prova Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2017

É causa de suspensão do prazo prescricional:

- a) O despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) O protesto cambial.
- c) O casamento das partes da relação jurídica.
- d) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Questão 4 – Prova Técnico Judiciário - Órgão: TRT 11ª REGIÃO - Banca: FCC – 2017

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. O erro de cálculo autoriza a parte prejudicada a obter o desfazimento do negócio.
- II. Se ambas as partes tiverem procedido com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- III. Presumem-se fraudulentários dos direitos de outros credores às garantias reais de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e III.

- b) I e II.
- c) III.
- d) I e III.

Questão 5 – Prova Técnico em Atividades Administrativas – Órgão: JUCESC – Banca FEPESE - 2017

Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Fundações, Autarquias e Empresas Públicas.
- b) Estado Estrangeiro, Territórios e Autarquias.
- c) Associações, Territórios e Autarquias.
- d) Associações, Partidos Políticos e Sociedades.

Questão 6 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Ingrid havia prometido entregar a Graziela um automóvel usado em determinada data. Ocorre que, por motivo não revelado, Ingrid não possuía o veículo na data que havia sido acertada e, assim, propôs entregar 3 motocicletas novas em substituição ao automóvel, com o que Graziela concordou. A hipótese retrata, de acordo com o Código Civil, o seguinte fenômeno jurídico:

- a) dação em pagamento.
- b) compensação.
- c) sub-rogação.
- d) remissão.

Questão 7 – Prova Procurador Jurídico - Órgão: Câmara Cambará-PR - Banca: FAFIPA – 2017

Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições gerais e da formação dos contratos, previstas no Código Civil.

- a) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sempre que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- b) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade na oferta realizada.
- c) Se o negócio for daqueles em que seja costume a aceitação expressa, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.
- d) A herança pode ser objeto de contrato, ainda que de pessoa viva, devendo-se, nesse caso, haver anuência expressa do autor da herança.

Questão 8 – Titular Serviços Notas e Registros - Órgão: TJ-RO - Banca: IESSES – 2017

São impedidos de contrair casamento, de acordo com o Código Civil:

- I. Os parentes por afinidade em linha reta entre si, independente do limite de grau
- II. Os irmãos, bilaterais ou unilaterais entre si.
- III. As pessoas divorciadas que ainda não realizaram a partilha dos bens do casamento anterior.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 9 - Promotor Substituto - Órgão: MPE-PR - Banca: MPE-PR – 2016

Assinale a alternativa correta:

- a) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma

idêntica entre a mãe e com o pai.

- b) A guarda compartilhada dos filhos poderá ser requerida pelos pais em consenso, mas não poderá ser decretada pelo juiz.
- c) A guarda dos filhos será, sempre, compartilhada.
- d) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.

Questão 10 – Procurador Legislativo - Órgão: Câmara de Aracruz/ES - Banca: IDECAN – 2016
Nos termos do Código Civil brasileiro, o direito à sucessão aberta classifica-se como bem:

- a) imóvel.
- b) móvel.
- c) irrenunciável.
- d) público.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PENAL

Questão 11- Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SJCDH-BA – Banca: FCC - 2010

Se o agente, para a prática de estelionato, utiliza-se de documento falsificado de forma grosseira, inidôneo para iludir a vítima, caracteriza-se:

- a) crime provocado.
- b) crime putativo.
- c) crime impossível.
- d) tentativa de crime.

Questão 12– Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa – Segurança - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Banca: FCC - 2015

Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:

- a) estado de necessidade.
- b) erro de tipo.
- c) erro de proibição.
- d) erro na execução.

Questão 13 - Prova: Atendente de Necrotério Policial – Órgão: PC-SP – Banca: VUNESP– 2014

Aquele que antes de praticar o fato até hipotetiza que ele pode ocorrer, mas acredita, sinceramente, que o resultado não se verificará e, portanto, não admite previamente a possibilidade de o resultado advir, comete crime:

- a) doloso.
- b) tentado.
- c) culposo.
- d) premeditado.

Questão 14- Prova: Técnico de Laboratório - Órgão: PC-SP - Banca: VUNESP - 2014

Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- b) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- c) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.
- d) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.

Questão 15 - Prova: Técnico Judiciário - Órgão: TJ-MT - Banca: UFMT - 2016

NÃO é Pena Restritiva de Direito, em conformidade com o Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal:

- a) Interdição temporária de direitos.
- b) Detenção.
- c) Prestação pecuniária.
- d) Prestação de serviço à comunidade.

Questão 16 – Prova: CESPE - 2008 - OAB - Exame de Ordem - 1 - Primeira Fase

Acerca da reincidência, assinale a opção correta:

- a) O agente que, na fase de recurso de sentença condenatória pela prática de crime, comete contravenção penal, deve ser considerado reincidente não-específico.
- b) Para se caracterizar a reincidência na prática de crime, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória por prática de crime anterior.
- c) Para efeito de reincidência específica, prevalece a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior, tiver decorrido tempo superior a 5 anos.
- d) Para efeitos de reincidência, são considerados os crimes eleitorais, os crimes militares próprios e os crimes políticos.

Questão 17 – Prova: Policial Legislativo Federal - Órgão: Senado Federal - Banca: FGV - 2012

Segundo o Código Penal, são causas interruptivas da prescrição:

- a) o início ou continuação do cumprimento da pena; o oferecimento da denúncia ou da queixa; a reincidência.
- b) a pronúncia; o recebimento da denúncia ou da queixa; a publicação de sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- c) o recebimento da denúncia ou da queixa; o cumprimento, pelo agente, de pena no exterior; o início ou continuação do cumprimento da pena.
- d) o recebimento da denúncia ou da queixa; a pronúncia; a circunstância de ter sido resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

Questão 18 – Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE – 2017

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- a) receptação
- b) roubo.
- c) furto qualificado.
- d) furto.

Questão 19 – Prova: Agente Penitenciário - Órgão: SEJUC-RN - Banca: IDECAN - 2017

O crime de peculato tem a seguinte descrição típica: “apropriar-se o funcionário público de

dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Quanto ao sujeito ativo ele pode ser classificado como um crime:

- a) De mão própria.
- b) Plurissubjetivo.
- c) Impróprio.
- d) Próprio.

Questão 20- Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

A conduta de “dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente” configura:

- a) condescendência criminosa.
- b) denúncia caluniosa.
- c) falso testemunho.
- d) comunicação falsa de crime.

QUESTÕES SOBRE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 21 - Prova: Assistente de Alunos - Órgão: IF-PA - Banca: FUNRIO – 2016.

Na educação de crianças e adolescentes é proibido, segundo o ECA:

- I – castigos físicos que resultem em sofrimento físico ou lesão.
- II – tratamento cruel ou degradante, que faça uso da humilhação, ameaças graves ou ridicularização.
- III – participação na vida política, na forma da lei.

Marque a alternativa que corresponde à resposta correta.

- a) II e III estão corretas.
- b) I e II estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Todas estão erradas.

Questão 22 - Prova: Técnico de Suporte e Comunicação - TI - Órgão: DEGASE - Banca: CEPERJ - 2012

Em termos de adoção, salvo se a criança estiver sob a guarda ou tutela de candidato à adoção, a idade máxima permitida pelo ECA é de:

- a) 21 anos na data da sentença judicial.
- b) 12 anos quando do pedido formulado.
- c) 16 anos quando do deferimento do pedido.
- d) 18 anos na data de formulação do pedido.

Questão 23 - Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Sobre adoção de criança e de adolescentes, leia as afirmativas.

- I. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.
- II. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- III. Os divorciados e os judicialmente separados não poderão adotar conjuntamente, independente de qualquer condição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) I.

Questão 24 – Prova: Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Zona Urbana - Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Banca: IBADE – 2017

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente:

- a) preste, durante um ano, serviços comunitários que consistem na realização de tarefas gratuitas de interesse geral.
- b) seja obrigado a prestar trabalho forçado, no período proporcional à gravidade do delito.
- c) restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- d) responda criminalmente por seus atos infracionais.

Questão 25 – Prova: Assistente de Aluno - Órgão: UFPA - Banca: CEPS-UFPA - 2015

O órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, é o(a)

- a) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- b) Conselho Municipal de Assistência Social.
- c) Conselho Tutelar.
- d) Ministério Público junto com as escolas.

QUESTÕES SOBRE DIREITO PROCESSUAL

Questão 26 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/PR - Banca: FCC – 2017

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema das partes e dos procuradores no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.
- b) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- c) É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Questão 27 – Prova Titular Serviços de Notas e Registros – Remoção – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN – 2017

Com relação à função jurisdicional (jurisdição e ação), as assertivas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- b) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.
- c) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) A impossibilidade jurídica é uma das condições da ação.

Questão 28 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRT/12ª Região (SC) - Banca: FGV – 2017

Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- a) do lugar da sede da empresa.
- b) do lugar do fato ou ato.
- c) do domicílio do autor.
- d) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa.

Questão 29 – Prova Juiz Substituto – Órgão: TJSP - Banca: VUNESP – 2017

A respeito da tutela provisória de urgência, podemos afirmar que:

- a) será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- b) exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.
- c) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
- d) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.

Questão 30 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TRE/BA - Banca: CESPE – 2017

João ajuizou ação contra Maria e Joana, as quais, citadas, foram representadas por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos. Nessa situação hipotética, o prazo para Maria e Joana apresentarem suas contestações no processo será de:

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 5 dias.

Questão 31- Titular Serviços de Notas e Registros – Provimento – Órgão: TJMG - Banca: CONSULPLAN- 2017

Em se tratando de coisa julgada, avalie as seguintes afirmações:

- I. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito operou-se a preclusão.
- II. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- III. A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- IV. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I, II e IV
- c) III e IV
- d) I e II

Questão 32 - Prova: Escrevente Técnico Judiciário - Órgão: TJ-SP - Banca: VUNESP - 2017

Determina o art. 261 do Código de Processo Penal que:

- a) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

- b) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) nenhum acusado, com exceção do revel, será processado ou julgado sem defensor.
- d) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Questão 33 - Prova: Agente de Polícia Civil - Órgão: PC-AC - Banca: IBADE - 2017

No Processo Penal, como regra, são inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- a) embora colhidas licitamente derivam das ilícitas.
- b) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- c) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas constitucionais por serem estas programáticas.
- d) violam a moral e os bons costumes.

Questão 34 - Prova: Conhecimentos Gerais (Perito Criminal e Médico) - Órgão: POLÍCIA CIENTÍFICA – PE - Banca: CESPE - 2016

Compete ao tribunal do júri processar e julgar o crime de

- a) homicídio culposo.
- b) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
- c) lesão corporal seguida de morte.
- d) latrocínio.

Questão 35 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS - Banca: FCC - 2016

À luz do Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- c) A autoridade policial poderá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal privada.
- d) A autoridade policial logo após tomar conhecimento da prática de um crime deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

Questão 36 - Escrevente Técnico Judiciário – Órgão: TJSP – Banca: VUNESP - 2017

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

- a) Nos procedimentos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, e desde que mantenha vínculo empregatício com aquele.
- b) O menor de dezoito anos poderá ser autor, desde que assistido ou representado.
- c) Nas causas de valor de até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas causas entre 20 e 40 salários-mínimos, a assistência de advogado é obrigatória.
- d) A citação, no âmbito dos Juizados Especiais, poderá ocorrer por carta, oficial de justiça ou edital.

Questão 37 - Advogado – Órgão: SAMAE de Jaguariaíva/PR – Banca: OBJETIVA - 2016

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposto na Lei nº 9.099/95, analisar os itens

abaixo:

I - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

II - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de 30 dias.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Estão CORRETOS:

- a) todos os itens.
- b) somente os itens I e III.
- c) somente os itens I e II.
- d) somente os itens II e III.

Questão 38 – Prova Analista Judiciário – Órgão: TJPI – Banca: FGV - 2015

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- a) desconcentração dos atos processuais.
- b) não imediação na produção probatória.
- c) formalidade.
- d) oralidade.

Questão 39 – Prova Juiz Leigo – Órgão: TJMG – Banca: CONSULPLAN - 2015

NÃO estão excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas:

- a) De natureza alimentar.
- b) Relativas a acidentes de trabalho.
- c) Que versem sobre despejo para uso próprio.
- d) Relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda de que cunho patrimonial.

Questão 40 - Prova: Agente de Polícia Legislativo - Órgão: AL-MS – FCC - 2016

Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:

I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.

II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.

III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.

IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.

A Lei no 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em

- a) I, II III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) III.

Prova discursiva

Instruções

- Dentre os dois temas propostos, o candidato deverá escolher apenas um deles para responder, indicando sua opção na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, em campo designado para esta finalidade.
- Redija um texto argumentativo, englobando os pontos propostos, não sendo suficiente a resposta autônoma a cada indagação.
- Escreva SOMENTE no espaço destinado à resposta na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA, respeitando os traços e o limite máximo das linhas. Qualquer escrita fora do espaço reservado à redação será considerada inexistente.
- Em conformidade com o item 6.1.3 do edital que rege o presente certame “*na prova discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 15 (quinze) linhas*”.
- É vedada qualquer forma de identificação do candidato na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTA.

- TEMA 01 -

Segundo a lição de Pedro Lenza:

“O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, [da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988] abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 970).

Disserte, portanto, sobre o direito fundamental à vida esclarecendo, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) No mínimo duas características dos direitos fundamentais;
- 2) Qual o alcance do conceito da dignidade da pessoa humana;
- 3) Possibilidade de pena de morte no Brasil, dizendo, inclusive, se existe alguma hipótese prevista na CRFB/88 e sobre a possibilidade de criação de outra(s) pelo poder constituinte originário;
- 4) Qual a solução a ser adotada em caso de possível colisão entre direito fundamental (por exemplo, no caso do direito à vida do feto fruto de um estupro e do direito da mãe de interromper a gestação previsto no art. 128, inciso II do CPB).

- TEMA 02 –

Disserte a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal abordando, necessariamente, os seguintes pontos:

- 1) O que se busca com a ADI;
- 2) Qual o seu objeto de discussão;
- 3) É possível para questionar leis municipais? E as leis do Distrito Federal?
- 4) É possível para questionar súmulas?
- 5) Quais os seus efeitos.

BOA PROVA!!!